

O LAZER E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TURISMO NO NÍVEL SUPERIOR: REFLEXÕES NO ÂMBITO DA INSTITUIÇÃO PIONEIRA EM MINAS GERAIS (1974-1985)¹

LEISURE AND FORMATION OF THE TOURISM PROFESSIONAL:
REFLEXIONS OF THE PIONEER COURSE OF TOURISM
IN MINAS GERAIS (1974-1985)

Hilton Fabiano Boaventura Serejo²

RESUMO: Constitui-se como objetivo geral desta pesquisa de Mestrado, a análise da gênese e as transformações ocorridas nos estudos do lazer no curso pioneiro de Turismo em Minas Gerais, no período de seu funcionamento (1974 – 1985). Essa instituição, denominada Faculdade de Turismo de Belo Horizonte (FACTUR), posteriormente, teve seu nome alterado para Instituto Mineiro de Ciências Administrativas e Tecnológicas (IMCAT). Uma questão central que permeou as discussões desenvolvidas se referiu à consideração do lazer tratado como uma mercadoria ou como um direito social. A opção metodológica para o desenvolvimento desta pesquisa foi a qualitativa, com uma abordagem histórica, e os dados foram coletados através da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas. O curso analisado esteve pautado por uma lógica tradicional de visão curricular, embora os professores tivessem autonomia para o estabelecimento das ementas e dos programas das matérias que lecionaram. Os resultados apontaram para a percepção de que o fato do lazer ter sido considerado como uma mercadoria, não excluiu a possibilidade de ser tratado como um direito social, concluiu-se, portanto, que esses aspectos não são, necessariamente, excludentes entre si.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo, História das Disciplinas Escolares, Lazer, Turismo, História

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo propiciar reflexões sobre os valores presentes na graduação dos bacharéis em Turismo e discutir a influência que as

¹ Texto baseado em minha dissertação de Mestrado em Educação (SEREJO, 2003), defendida em 29 de maio de 2003 na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Dra. Maria Inez Salgado de Souza.

² Docente dos cursos de turismo do Unicentro Newton Paiva, Faculdade de Estudos Administrativos (FEAD), Estácio de Sá.

perspectivas comerciais e econômicas têm exercido na formação destes profissionais. Para que esses objetivos sejam operacionalizáveis, baseio-me em uma visão mais humanista e cultural da formação acadêmica. Dessa forma, apresento, primeiramente, uma discussão sobre as diretrizes legais que permearam o surgimento das faculdades de Turismo no Brasil, tópico de grande relevância para aqueles que desejam compreender a gênese e a evolução do processo de formação profissional desses bacharéis. Em seguida, passo a apreciação de alguns temas estudados, quando desenvolvi a presente investigação na instituição pioneira de graduação em Turismo, em Minas Gerais: a Faculdade de Turismo de Belo Horizonte – FACTUR. Nesta ocasião, pesquisei sobre o processo de elaboração do currículo dessa instituição; o lugar ocupado pelos estudos do lazer nesse curso; como o lazer, enquanto um domínio cognitivo, foi desenvolvido pelos professores e, por último, em quais disciplinas isso ocorreu.

A análise desses aspectos permitiu-me uma melhor compreensão do processo de formação profissional, predominante em muitos cursos de Turismo da atualidade e, também, o entendimento de como os referidos bacharéis atuam no campo do lazer.

Várias são as concepções desenvolvidas no campo das teorias curriculares. Contudo, percebo a predominância de duas vertentes entre os estudiosos desse campo: uma denominada “tradicional” e outra “crítica”. As teorias tradicionais pretendem ser neutras e desinteressadas, consideram que há um saber para ser transmitido e sua preocupação se centraliza em como isso pode se desenvolver (SILVA, 1999; MOREIRA; SILVA, 2000).³

As chamadas teorias curriculares “críticas” fundamentam-se no pressuposto de que a escola ensina apenas uma parte, restrita, de tudo que constitui a experiência coletiva de uma época e sociedade, ou à parte, a imagem, da cultura idealizada e que constitui objeto de aprovação social. A essa seleção escolar realizada na cultura pode-se nomear de currículo. Quando a escola age dessa forma, a mesma tem procurado, historicamente, atender às demandas (im) postas pelo mundo do trabalho, tendo como papel o ajuste do indivíduo à estrutura social das empresas (APPLE, 1982; MOREIRA, 1997a; FERRETTI, SILVA JUNIOR; OLIVEIRA, 1999; MOREIRA; SILVA, 2000). Neste contexto, percebe-se que a escola, ao apreciar os saberes considerados válidos para o mundo do trabalho, inferioriza outros conhecimentos e esferas da vida, que contribuem para a formação humana, dentre estes o lazer.

Uma expressiva contribuição das teorias curriculares críticas incide na necessidade de se compreender que não podemos mais olhar para o currículo com a mesma ingenuidade e neutralidade como propõem as teorias tradicionais, visto que seu interior está permeado por relações entre poder e saber. Por esta razão, as teorias

³ As teorias tradicionais objetivam uma integração dos alunos ao mercado de trabalho e à sociedade, a qual estes pertencem. Mais do que, simplesmente, ter esses princípios como objetivo, são os valores da sociedade industrial que são considerados válidos e colocados como parâmetros a serem desenvolvidos. Por conseguinte, estes parâmetros são considerados como as competências e habilidades necessárias para o desenvolvimento econômico, e por isso, são vistos como os grandes objetivos a serem alcançados pelos alunos.

curriculares críticas constituem o referencial teórico que norteou a construção deste texto, fornecendo contribuições para as discussões que seguirão.

OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM TURISMO NO BRASIL: DIRETRIZES LEGAIS

De acordo com Masetto (1998), os cursos superiores no Brasil, desde o seu início, voltaram-se para a formação profissional, visando atender às demandas do mercado. Este autor explicita que os currículos baseavam-se em uma proposta seriada e fechada, com uma estrutura hierarquizada entre os saberes escolares. Uma questão essencial para quem se propõe a entender as relações entre a Educação Superior no Brasil e a Teoria Curricular refere-se à análise do papel que essas instituições tiveram e têm em nossa sociedade.

Fávero (1989) ressalta que, lamentavelmente, a universidade brasileira não foi criada para atender às necessidades fundamentais da realidade social da qual faz parte, mas sim, para atender às necessidades de uma minoria privilegiada. Ou seja, inicialmente sua preocupação estava em ser um bem cultural de uma classe mais favorecida econômica e socialmente.

Posso perceber que os currículos de algumas graduações em Turismo demonstram ser planejados, organizados e colocados em prática sem a participação do corpo discente e/ou docente e, além disso, estão voltados para atender às demandas (im) postas pelo mercado, fornecendo uma formação pragmática e baseada na razão instrumental. Lyon (1998, p.55) considera que: "A razão instrumental, que reduz tudo a uma análise custo-benefício, representa ainda mais perda de autonomia". Esse modelo de observar e analisar os fenômenos, baseado nessa razão, tem legitimado uma forma de conhecimento pragmático, utilitarista e com um viés positivista de ciência.⁴

Contudo, a proposta que defendo propicia uma mudança na concepção do aluno que se deseja formar, avançando do "técnico competente" para um cidadão mais participativo, questionador e crítico, capaz de intervir na realidade, visando sua transformação (BRAGA, 1999). Essa visão não significa desconsiderar os aspectos técnicos e metodológicos, mas demonstrar que existem outras esferas que devem ser desenvolvidas na formação dos alunos.

Um fator bastante relevante é que os valores desenvolvidos nas instituições de ensino superior baseiam-se na excessiva preocupação, que essas entidades possuem, em atender às demandas do mercado. Questão que não é recente em nosso

⁴ De acordo com Cunha (1998), no ensino superior a concepção positivista do conhecimento se faz muito presente. Um exemplo de tal situação seria a forma de organização do conhecimento acadêmico. O mesmo é planejado de uma maneira linear, do geral para o particular e do teórico para o prático. Esse paradigma de ciência transpassou para todas as esferas e graus educacionais, inclusive universitários, com seus princípios, leis e mensurações. Sob essa ótica, os currículos institucionais também sofreram influência por essa visão de conhecimento. Assim, pode-se compreender a estrutura fechada e hierarquizada das disciplinas que compõem a organização curricular de vários cursos de graduação em Turismo.

meio, como revelam os estudos de Souza (1981)⁵.

De acordo com Leite (1998) os currículos universitários encontram-se impregnados pelos valores do mercado, como: classificação, comparação, competição, individualismo e “disciplinamento” (conhecimento como controle). Tais posturas contribuem para a construção de subjetividades consumistas e da cultura do efêmero. Valores como cidadania, solidariedade e emancipação intelectual não são desenvolvidas de forma plena, em muitos casos, os mesmos são relegados a patamares inferiores, mesmo que constem no currículo das instituições.

Além de enfatizar as necessidades do mercado, muitas instituições encontram-se voltadas, principalmente, para a reprodução do conhecimento, havendo poucos estímulos para uma mudança de tal postura: a pesquisa é pouco difundida, ou não priorizada. Com isso, um número relevante de professores é visto, apenas, como “ministradores de aulas”.

É evidente que as IES não podem ser vistas somente como instituições educacionais, mas também como entidades econômicas, políticas e ideológicas, podendo servir para a manutenção ou superação das estruturas de dominação estabelecidas. Assim, penso que a teoria curricular na educação superior deve voltar-se para as discussões e ações que contribuam para uma mudança paradigmática na percepção dos alunos e professores, uma mudança na percepção de mundo e de sociedade. Essa mudança pretende romper com a visão pragmática e utilitarista da visão moderna de ciência, colaborando para uma sociedade mais justa e humanizada, o que deve ser o objetivo da educação, independente de seu grau de atuação.

No Brasil, o aumento no número de instituições particulares de ensino em nível superior ocorreu na década de 70 do século XX, em resposta às pressões da classe média que, após o golpe de 1964, passou a reivindicar o acesso ao ensino superior. Foi justamente neste período (pós-68) que ocorreu um crescimento acelerado das instituições de ensino superior particulares, e que surgiram as primeiras Faculdades de Turismo no Brasil.

Para Trigo (1998), essas instituições surgiram em pleno “milagre econômico” e visavam formar mão-de-obra especializada para os setores da economia que representavam mais uma possibilidade de elevação social para a classe média. Esse autor nos mostra a cronologia de abertura de alguns dos cursos de Turismo no Brasil. Entre os mais antigos, destacados pelo autor, estão os seguintes:

1971-Faculdade de Turismo do Morumbi,⁶ São Paulo, atualmente Faculdade Anhembi-Morumbi.

1973-Faculdade de Turismo da Guanabara, Rio de Janeiro; Faculdade

5 Segundo os estudos de Souza (1981), a ênfase da estrutura do sistema educacional brasileiro, para o ensino superior na década de 70 do século XX, foi, desde o início, baseada na necessidade de expandir para atender as demandas do mercado de trabalho, tendo em vista as exigências colocadas pelo desenvolvimento econômico. Objetivava-se, fundamentalmente, a racionalização das atividades universitárias, a fim de lhes conferir maior eficiência e produtividade, sob a égide política-ideológica do modelo capitalista desenvolvimentista.

6 Atualmente Universidade Anhembi-Morumbi.

Ibero-Americana, São Paulo; Faculdade de Ciências Exatas, Administrativas e Sociais, União Pioneira de Integração Social, Brasília; Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

1974-Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

1975-Universidade Católica de Pernambuco, Recife...

(TRIGO, 1998, p.222).

Trigo (1998) expõe que a formação do bacharel em Turismo é relativamente recente no Brasil, iniciando-se com o Parecer nº 35/71 do Ministério da Educação, organizado pelo relator conselheiro Roberto Figueira Santos e aprovado em 28/01/1971, fixando o currículo que determinava o conteúdo mínimo e a duração do curso⁷. Seu primeiro currículo, segundo o autor, foi elaborado pelo professor Domingo Hernandez Peña, baseado em currículos de instituições européias e adaptadas à realidade brasileira. A formação inicial do bacharel em Turismo era muito pragmática e visava atender à demanda do mercado, utilizava uma terminologia economicista e eminentemente tecnicista, menosprezando os aspectos sociais e políticos da sociedade.

O Currículo Mínimo, que fundamentou a criação dos cursos de Turismo no Brasil, baseou-se no Parecer nº 35/71, que regulamentou a formação de “planejadores de turismo”⁸, fixando os mínimos de conteúdo e a duração dos cursos de Turismo. Essa resolução determinava no art. 1º que os cursos de graduação nesta área seriam os responsáveis pela formação do profissional, capacitando-o para atuar no planejamento e organização do turismo.

Baseado nesta resolução, o currículo dos cursos de Turismo deveria abranger, no mínimo, as seguintes disciplinas: Sociologia, História do Brasil, Geografia do Brasil, História da Cultura, Estudos Brasileiros, Introdução à Administração, Noções de Direito, Técnica Publicitária e Planejamento e Organização do Turismo. Além dessas disciplinas, observou-se a necessidade de estágio em entidades oficiais e privadas de turismo e hotelaria. A duração mínima desta atividade deveria ser de quatro meses.

Nos vários artigos que compõem a resolução explicitou-se o conteúdo que algumas das disciplinas deveriam trabalhar, por exemplo: “ART. 3º – No ensino da matéria Geografia terá ênfase a Cartografia”. Porém, nem todas as disciplinas citadas como obrigatórias, como a Sociologia e a que tratava do Planejamento e Organização do Turismo, tiveram seus conteúdos determinados pelo documento em questão. As disciplinas que apresento neste texto são as de Sociologia e Planejamento e Organização do Turismo⁹, pois, no estudo de caso que desenvolvi, foram estas que contiveram em seu conteúdo, inicialmente, estudos sobre o tema lazer – mesmo que

7 Os currículos mínimos para os cursos de graduação, no Brasil, foram estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação.

Essa incumbência foi atribuída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 4024/61.

8 O termo “planejadores de turismo” consta no Parecer nº 35/71, aprovado em 28 de janeiro de 1971.

9 A disciplina de Planejamento e Organização do Turismo foi denominada de Teoria e Técnica do Turismo na FACTUR.

com outras denominações.

A graduação em Turismo era recente e ainda não havia um conhecimento considerado socialmente válido sobre esse tema. Por esta razão, havia uma certa liberdade das instituições em estabelecer a estrutura curricular, mas, procurando adequar-se às leis que regiam esse curso. Nesse contexto, a resolução do art. 7º, do Parecer nº 35/71, propunha que, ao organizar o currículo pleno do curso, a instituição poderia acrescentar novas matérias que julgasse necessárias, desde que a duração mínima do curso de Turismo compreendesse 1600 (um mil e seiscentas) horas/aula e, fossem integralizadas no mínimo em dois, e no máximo em quatro anos.

No intuito de contribuir para a compreensão do processo de formação profissional do bacharel em Turismo e suas relações constituídas historicamente com o campo do lazer, apresento alguns pontos da pesquisa que empreendi, onde analisei a gênese e a evolução dos estudos do lazer no curso pioneiro de Turismo em Minas Gerais.

UM ESTUDO NA INSTITUIÇÃO PIONEIRA EM MINAS GERAIS (1974-1985)

Em 1974, surgiu na cidade de Belo Horizonte, o primeiro curso de Turismo no Estado de Minas Gerais, o qual depois foi incorporado por outra IES, e que será aqui, considerado o pioneiro. Como visto anteriormente, Trigo (1998), ao relacionar os primeiros cursos de Turismo criados no Brasil, não especificou essa instituição de Minas Gerais. Porém, no ano de 1974, foi inaugurada na capital mineira, a Faculdade de Turismo de Belo Horizonte – FACTUR. Em 1979, a FACTUR passa a se chamar Instituto Mineiro de Ciências Administrativas e Tecnológicas – IMCAT – pelo fato de novos cursos terem sido criados e, com isso, houve a necessidade de mudar a denominação da instituição. E, em 1985, esta faculdade foi adquirida por outra IES de Belo Horizonte, provocando, assim, uma alteração em sua razão social¹⁰.

O primeiro curso de graduação em Turismo em Minas Gerais, teve início no segundo semestre de 1974. Era a Faculdade de Turismo de Belo Horizonte – FACTUR – tendo como mantenedora a Organização Bandeirante de Tecnologia e Cultura de São Paulo, sendo a mesma instituição que mantinha a Faculdade de Turismo do Morumbi¹¹ (o primeiro curso de Turismo no Brasil). É necessário ressaltar aqui, que essas IES eram coligadas.

A FACTUR, no início de suas atividades, foi obrigada a mudar de endereço devido a vários fatores, até adquirir a sua sede definitiva, que se localizava à rua Goitacazes esquina com a rua Tenente Brito Melo, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A primeira estrutura curricular do curso de Turismo em Minas Gerais, possuía uma carga horária de 2850 horas/aula, tinha a duração de quatro anos e conferia o grau de “Bacharel em Turismo” ao aluno que o concluísse,

10 O IMCAT foi incorporado por uma IES de Belo Horizonte em 1985 e até o ano de 1997 essa instituição foi a única a oferecer o curso de graduação em Turismo no estado de Minas Gerais.

11 Atualmente Universidade Anhembí-Morumbi.

A estrutura curricular da FACTUR foi elaborada em São Paulo, pois essa instituição era considerada uma “filial” da Faculdade de Turismo do Morumbi. Contudo, os professores tiveram autonomia para elaborar a ementa das disciplinas, ou seja, a estrutura geral do curso “veio pronta” de São Paulo, com seus objetivos e denominações das matérias que seriam lecionadas. Mas os professores tiveram a liberdade de elaborar a ementa e os programas das disciplinas em que atuavam.

Se em um currículo, estão implícitas relações entre poder, saber e identidade, e estas questões não são discutidas com os maiores interessados (professores e alunos) por mais liberdade que os docentes possuísem para elaborar as ementas e os programas – ao serem excluídos do processo de pensar mais amplamente o curso, ou seja, discutir seus objetivos, o tipo de pessoa que se desejava formar, se a ênfase do curso estaria atrelada, ou não, aos valores do mercado e outras questões – percebe-se uma visão tradicional de concepção curricular.

O início da trajetória universitária não foi fácil para a FACTUR. Esta dificuldade se deveu à questão dos principais atores, envolvidos no processo de elaboração curricular, não compreenderem, completamente, esse novo fenômeno que estava surgindo: o Turismo. E, assim, sentiam-se receosos ao determinar o programa, pois os próprios docentes possuíam muitas dúvidas quanto aos conteúdos que deveriam ser ensinados.

Além do empecilho mencionado acima, os professores dessa instituição consideravam que o currículo da época, não respeitava a cultura local e que parecia mais um processo importado de outros países. Em seus estudos, Santomé (1995) apresenta várias críticas ao fato de as escolas enfatizarem as culturas dominantes em seus projetos curriculares. Afirmara que, uma instituição que adotasse um pacote “pronto e acabado”, criado por uma “elite intelectual”, acabaria negando ou desvirtuando as culturas locais, pois não consideraria toda a pluralidade cultural na qual estaria inserida.

Assim, entendo que reconhecer a diversidade cultural no processo de elaboração curricular significa considerar que há maneiras diferentes de agir e pensar e que elas devem ser percebidas e analisadas. Entretanto, mais do que reconhecer a diversidade cultural, necessita-se de que as pessoas interessadas nesse projeto de construção curricular participem de todo o processo. Isso não ocorreu, no curso pesquisado, pelos motivos já explicitados aqui.

No contexto referido, o curso de Turismo era algo recente, ainda não havia um grupo de professores com conhecimento aprofundado sobre o assunto e habilitados para atuar nesse novo domínio cognitivo. Conseqüentemente, as referências bibliográficas da área eram muito escassas.

Além disso, no período de funcionamento do curso (1974-1985), vivíamos uma época marcada pela ditadura militar. Desse modo, torna-se evidente que as IES desse período, estiveram sob a égide de um poder autocrático, no qual havia um controle que mantinha essas instituições aquietadas e atemorizadas. Sobre esta questão, Frigotto (1991) afirmara que as próprias leis que se relacionavam com

a educação, representaram uma expressão economicista, tecnicista e sistemática da visão de sociedade que imperava.

Deste modo, pode-se supor que se objetivava controlar os interesses das IES da época e, conseqüentemente, o processo de elaboração curricular. Nesta perspectiva, pode-se compreender que alguns cursos, considerados como formadores de pessoas mais questionadoras e participativas, fossem “vigiados”, pois se objetivava calar a crítica dentro das IES e formar um discente que se identificasse com os valores dominantes do período.

Já, outros cursos, vistos como mais técnicos, seriam incentivados, principalmente se procurassem atender as demandas do mercado de trabalho.

Portanto, pode-se compreender o fato pelo qual o currículo do curso de Turismo, em Minas Gerais, ter sido gestado em outro local, visto que a política em nível nacional considerava o trabalho de pensar em educação como sendo tarefa de uma “elite intelectual” e, também, pelo fato do turismo ser considerado um tema recente no Brasil, no qual ainda não havia um conhecimento sistematizado ou amplo sobre essa questão.

Porém, como já explicitado neste estudo, os professores tiveram autonomia para estabelecer os conteúdos programáticos e as ementas das disciplinas. O que pôde ser considerado como um avanço para aquele período. Assim, poder-se-ia indagar sobre qual a concepção de lazer que preponderou nos estudos da época? Qual o espaço que seria destinado a esse campo no curso de Turismo? É o que tratarei a seguir.

O LUGAR DOS ESTUDOS DO LAZER NO CURSO DE TURISMO ANALISADO

Tentar compreender o lugar que os estudos do lazer ocuparam no curso de Turismo demanda uma análise da importância que era dada a esse tema na época. E sobre algumas questões como: se o lazer, enquanto um domínio cognitivo, esteve presente no curso pesquisado desde o início de seu funcionamento em 1974, por que ele foi considerado um tema de estudos? Qual a relevância em se estudar esse domínio cognitivo num curso de Turismo?

Segundo Layton, citado por Goodson (1990), inicialmente, uma matéria procuraria justificar sua inserção no currículo com fatores como pertinência e utilidade. Acredito que a “fala” de um ex-coordenador da FACTUR ajudará a esclarecer se essa visão de pertinência e utilidade foi considerada na época:

... a minha idéia é de que Turismo e Lazer sempre permaneceram juntos. (...) Turismo é uma forma de lazer? Então, é muito difícil estabelecer esse limite. Então, o que eu tenho notado nos cursos é que o lazer passou a ser como uma opção de trabalho na área de Turismo e daí, vários autores, começaram a se dedicar, vários estudiosos passaram a se dedicar ao setor de lazer e ele acabou tendo uma identidade e constituindo uma disciplina

específica do curso de Turismo, embora o Lazer também faça parte de outros cursos... (Ex-coordenador da FACTUR).

O lazer adquiria sua identidade no curso de Turismo por razões pragmáticas, ligadas, principalmente, a opção de profissionalização nesse setor. Além disso, havia uma ligação direta entre ambos, pois o lazer era considerado como um fenômeno maior, no qual o turismo estaria dentro dessa esfera da vida.

Essa visão é compartilhada por vários autores, como De La Torre (1992) e Barretto (2000), que consideram o turismo como uma das muitas possibilidades de lazer e, nesse contexto, o primeiro (o turismo) estaria inserido dentro do segundo (o lazer). Para esses autores, o turismo ocorreria por livre escolha dos participantes, pela busca do prazer e seria realizada de forma desinteressada das questões econômicas e trabalhistas. Nessa visão, seria errôneo utilizar o termo “turismo de negócios”, sendo mais adequada à utilização do termo “viagem de negócios”.

Nesse período, imperava uma ênfase na produtividade econômica. Isto significava, ao meu ver, uma sobrevalorização do trabalho produtivo e não do lazer. Nesta visão, pode-se afirmar que o lazer era considerado como um tema de menor valor, tanto na academia quanto na sociedade, de uma forma geral.

No curso pioneiro de Turismo em Minas Gerais, o lazer foi estudado, sobretudo, nas relações que mantinha com o trabalho, uma vez que há uma relação indissolúvel entre ambos. Inclusive, um dos professores desse período considerava que só era possível ser um especialista em lazer se fosse, primeiro, um especialista no campo do trabalho. Ora, o desenvolvimento dos estudos na Sociologia do Lazer não precisava espelhar-se, a princípio, na Sociologia do Trabalho¹².

Além disso, quando a Sociologia do Trabalho desenvolve estudos sobre o lazer, em muitos casos, o associa a uma visão utilitarista, na qual, o mesmo seria apenas um momento para o indivíduo recuperar as energias para produzir ainda mais. Com isso, o lazer é considerado válido por ser um instrumento colaborador com a produtividade. Essa visão funcionalista¹³ de lazer, ainda impera em muitos dos setores ligados às indústrias, ao comércio e, inclusive, na literatura. Como exemplo, basta pensar no trabalho do sociólogo italiano Domenico De Masi (2000), “O ócio criativo”, que está em evidência no Brasil e reproduz essa idéia.

Porém, considerar que os estudos da Sociologia do Trabalho possuem um viés utilitarista seria uma visão simplista e até mesmo tendenciosa. Assim, como se encontram perspectivas críticas de análise no campo do lazer, o mesmo também ocorre no campo do trabalho.

Vários autores¹⁴ criticam essa concepção de lazer, na qual, o mesmo

12A Sociologia do Lazer foi uma tentativa de estruturar um ramo especializado da Sociologia, que ocorreu, em especial, na Europa e nos Estados Unidos, nas décadas iniciais do século XX. Nas palavras de Dumazedier (1979, p.21), foi: “... preciso esperar os anos 1920-1930 para ver, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, os primeiros estudos da sociologia empírica do lazer propriamente dita”. Para mais informações indico a leitura do primeiro capítulo do livro Sociologia Empírica do Lazer, Dumazedier (1979).

13 Ver Marcellino (1987).

14 Marcellino (1995); Wernick, Stoppa; Isayama (2001); Pinto (2000); entre outros.

somente seria considerado socialmente válido se servisse à lógica do trabalho e da produtividade. Esses estudiosos desenvolvem reflexões, no qual o lazer é abordado como um direito social, concebido como um dos elementos da cidadania e comprometido com a busca da qualidade de vida.

De acordo com Rodrigues (1999), o turismo tornou-se uma grande indústria, e no Brasil, os estudos específicos sobre esse campo são, ainda, relativamente escassos, no que se refere a uma análise que não esteja atrelada ao seu viés econômico e mercadológico.

Assim, percebo que os estudos do lazer conseguiram seu espaço no curso de Turismo pesquisado por várias razões, dentre várias, destacam-se: a associação direta e até mesmo mecânica que havia entre os temas lazer e turismo, que eram vistos como indissociáveis; por razões pragmáticas, utilitárias e funcionalistas, pois serviria para recuperar as energias, como válvula de escape das tensões diárias, para descansar, entreter e divertir os turistas; e, principalmente, por questões econômicas, turismo e lazer já eram percebidos como uma grande possibilidade de negócios e de gerar riquezas.

Portanto, esta parte do texto buscou apresentar elementos que contribuíssem para a compreensão das razões que fizeram com que o lazer fosse um tema de estudo no currículo do curso pioneiro de Turismo em Minas Gerais. Nesta perspectiva, isso também colaborou para o entendimento dos diferentes interesses que permearam esse campo. Conforme explicitado, discutir os valores e interesses presentes nos currículos se associa à concepção da teoria curricular crítica, no qual, um de seus eixos centrais é a análise das relações entre poder, saber e identidade.

OS PROFESSORES E AS DISCIPLINAS QUE TRATARAM DO LAZER NO CURSO PESQUISADO

Segundo Gatti (1997), a formação dos professores no Brasil, ainda é deficitária. E isso, se deve, na opinião desta autora, à grande expansão das redes de ensino particulares em um curto espaço de tempo. Além do grande aumento das IES brasileiras nos últimos anos, muitos cursos criados não possuíam um grupo de especialistas habilitados para atuar nessas áreas do conhecimento, relacionadas ao turismo e ao lazer, campos considerados como de recente configuração.

Na pesquisa que empreendi, Serejo (2003), o depoimento dos entrevistados demonstrou que muitos professores, do curso pesquisado, foram contratados por terem uma relação com o mercado de trabalho da área ou pelo simples fato de terem viajado por vários países, o que os habilitariam a trabalhar com o turismo e o lazer. Tal comportamento demonstrava, claramente, uma associação a uma formação pragmática e utilitarista.

Faz-se necessário ressaltar aqui, que não pretendo assumir uma posição de crítica a uma formação técnica, mas questionar a absolutização desse fator, que se baseia em uma razão instrumental, onde a satisfação das necessidades do mercado seria o fim último da educação, onde os (as) homens (mulheres) são

valorizados apenas quando desempenham papéis que contribuem para atingir esse objetivo.

Percebo que a origem do curso de Turismo, em Minas Gerais, foi improvisada em vários aspectos. Esta conclusão justifica-se pelas assertivas já apresentadas aqui, como o fato de vários professores terem sido selecionados por terem realizado grandes viagens ou por possuírem um determinado título, mesmo que em áreas diferentes da que atuariam, o que contribuiria para o reconhecimento do curso. Essa improvisação justificava-se pela falta de professores habilitados e capacitados para aprofundar nos conhecimentos sobre o fenômeno turístico. Porém, destaco, novamente, que nessa época, ainda eram poucas as pessoas que se dedicavam ao Turismo como um campo acadêmico de estudos, como também eram poucos os profissionais de ensino superior qualificados e titulados.

Essa adequação e improvisação pedagógica não ocorriam apenas em Belo Horizonte, mas, também, em nível nacional. Um dos professores entrevistados afirmou que, mesmo em outras IES brasileiras, inclusive, na pioneira nos estudos do Turismo no Brasil, ainda não era evidente qual conhecimento deveria ser abrangido pelas disciplinas do curso.

Se não havia professores habilitados para as disciplinas específicas do curso, pode-se concluir que, por serem assuntos recentes para o período, tanto o turismo quanto o tema central deste texto, o lazer, sofreram uma improvisação curricular, que se refletia nos conteúdos, na bibliografia e inclusive na atuação dos professores.

Segundo Goodson (1995), uma disciplina ou conteúdo, muitas vezes, surge no currículo por questões utilitárias, visando atender à demanda do mercado de trabalho. O curso pesquisado surgiu em função de uma exigência aberta do mercado para com o turismo, sendo que a ênfase inicial dessa graduação baseou-se em aspectos técnicos, em detrimento de uma formação mais humanista e crítica.

Porém, pode-se perceber que no caso específico do lazer, enquanto um domínio cognitivo, isso não foi tão preponderante. Seus estudos estiveram ligados a uma análise sociológica, que buscou compreender esse tema de forma mais ampla. O que representou um avanço para os estudos da época, principalmente, se comparado com a ênfase desenvolvida em vários cursos de Turismo da contemporaneidade.

Em nossa atualidade, vários cursos de Turismo associam seus trabalhos no campo do lazer apenas aos aspectos técnicos-metodológicos, principalmente numa visão que privilegia a recreação como o mote central dos estudos. Essa percepção tem propiciado um consumo acrítico de atividades, e não como uma oportunidade de enriquecimento cultural.

Essa visão curricular, tradicional, tem contribuído para a formação de um aluno mais pragmático, utilitarista e integrado à lógica do sistema vigente. Porém, uma educação que se propõe crítica, buscará compreender os interesses

presentes no processo educacional e contribuir para a construção de um novo modelo de sociedade, mais justo e humanizado.

Após a leitura e análise de todos os programas curriculares do período (1974-1985), percebi que o lazer foi tratado como um domínio cognitivo em duas das disciplinas lecionadas: Sociologia e Teoria e Técnica do Turismo. Essas disciplinas possuíam várias subdivisões.

a) A disciplina Teoria e Técnica do Turismo

Eram seis as disciplinas denominadas de Teoria e Técnica do Turismo – TTT, sendo que o aluno cursava essas matérias do primeiro ao sexto período, sendo uma por semestre. Essa denominação era a utilizada, porque ainda não havia um conhecimento consolidado no Turismo que já possibilitasse a demarcação entre as distintas matérias desse campo. Isso era de se esperar, pois, como salientado, o fenômeno Turismo era um tema recente de estudos, havia pouquíssimas publicações sobre as diferentes possibilidades de atuação profissional e de pesquisa na área.

Somente em TTT1 e TTT2 é que o lazer foi tomado como um tema de estudos. Um único tópico em mais de cinquenta. Na pesquisa realizada, tornou-se evidente que TTT1 e TTT2 procuravam desenvolver uma visão geral sobre o fenômeno turístico e, com isso, outras disciplinas é que aprofundariam as questões discutidas, inicialmente, nessas matérias. No caso específico do lazer, isso ocorreria na disciplina Sociologia.

b) A disciplina Sociologia

Basicamente, esta disciplina foi estabelecida para fornecer uma visão geral sobre o que seria a Sociologia e, em um segundo momento, tratar da especificidade do Turismo abrangendo, conseqüentemente, os estudos sobre o lazer.

A Sociologia objetivava fornecer ao estudante uma visão ampla e dinâmica da realidade social, assim como, abranger os conceitos básicos da Sociologia Geral. Essa seria a base sobre a qual sustentariam as discussões da análise sociológica do lazer, que seriam desenvolvidas posteriormente, considerada um ramo especializado de recente configuração para a época.

Conforme consta no programa, essa matéria objetivava capacitar o estudante a compreender a realidade com o código da sociologia. Assim, sua atuação seria enriquecida com uma abordagem científica da realidade. Não há dúvidas de que o lazer era o conteúdo central na disciplina Sociologia II, pois em alguns documentos ela passou a ser denominada Sociologia do lazer. Além disso, pode-se afirmar que a vertente marxista influenciou sobremaneira os estudos da época. Isso se torna perceptível ao analisar-se os termos utilizados no programa, como: classes sociais, divisão social do trabalho, fragmentação das tarefas, entre outras.

A disciplina Sociologia foi a grande difusora das questões relacionadas ao lazer no curso pioneiro de Turismo em Minas Gerais. Diferentemente do que imaginava, o “lazer” era um objeto de estudos privilegiado no período de 1974 a 1985. Além disso, percebo que as discussões desenvolvidas estavam permeadas por perspectivas críticas de análise, o que talvez fosse o contra ponto em um curso

estabelecido com objetivos, claramente, técnicos e funcionais.

Foi no programa da disciplina Sociologia III, ofertada no segundo semestre de 1979, que encontrei uma primeira referência à recreação no curso de Turismo analisado. Ao lado do nome da disciplina constava “Projeto de Recreação e Turismo”. A ênfase dessa disciplina seria os estudos da recreação, conforme explicitado no objetivo geral “... a necessidade de formulação de uma política regional de recreação e turismo...” e nos objetivos específicos a visão instrumental de “Aplicar técnicas de elaboração de programas e projetos no campo do turismo e da recreação”.

Quero salientar que no programa dessa disciplina, o tema “recreação” estava proposto de forma a levar o aluno a pensar no planejamento e nas políticas relacionadas a esse assunto. O enfoque continuou sendo o sociológico, havendo uma clara associação com as discussões desenvolvidas sobre o lazer, tanto que na referência bibliográfica constava o livro de Joffre Dumazedier, “Sociologie Empirique du Loisir”.

Com isso, percebo que, diferentemente do que está ocorrendo em vários cursos de Turismo da atualidade, a recreação não foi tratada de forma pragmática e utilitarista, associada com o simples desenvolvimento acrítico de atividades, no qual ela transforma-se em mais um produto para ser vendido e consumido, ou seja, uma mercadoria.

Com relação ao curso analisado, verifico que apesar de possuir uma vertente mercadológica, pautada pela ótica utilitarista e técnica, outras perspectivas de estudos foram propiciadas, principalmente, em relação ao tema lazer, desenvolvido pela disciplina de Sociologia. Foram trabalhadas perspectivas críticas de análise sobre esse tema, e que propunham uma formação mais ampla, o que representou uma grande contribuição para o período.

Principalmente, se compararmos com a ênfase pragmática e utilitarista, que prevalece em muitos cursos de Turismo da atualidade, quando há uma clara preocupação em atender às demandas do mercado, mas apenas em seus aspectos técnicos e metodológicos. Isso desconsidera uma formação mais reflexiva, questionadora e humanista, o que, em minha opinião, deve ser o aspecto central de um processo educativo.

Pois, o lazer e o turismo podem ser fatores que contribuem para uma melhor qualidade de vida, quando geram empregos decentes e não subempregos, quando contribuem para que a riqueza circule e não se concentre somente nas mãos de poucas empresas ou pessoas.

Não pretendo negar a formação técnica do bacharel em Turismo, em favor de um humanismo que prescindia desse aspecto, mas demonstrar a importância do desenvolvimento de ambos. Afinal, os aspectos técnicos têm contribuído para o desenvolvimento de novas tecnologias, maior produtividade, um aumento da riqueza das nações e tantos outros fatores que justificam sua importância. Porém, desvinculado de uma formação mais humanista, elas não têm contribuído

para a extinção da fome, da miséria, do desemprego, da falta de moradia e tantas outras fatalidades que mostram como a desigualdade social tem aumentado em nossos dias. O excesso dessa racionalidade técnica acaba por desumanizar a razão, como diria Giroux (1986) ao refletir sobre os estudos de vários autores ligados à teoria crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto apontou o currículo do curso pesquisado, a FACTUR/IMCAT, como sendo fragmentado e que as disciplinas mantiveram-se independentes, havendo pouca ou nenhuma comunicação entre elas.

Atualmente, em minha prática pedagógica, percebo que os currículos dos cursos de Turismo têm sofrido muitos males que estiveram presentes na FACTUR/IMCAT, tais como: sobreposição e omissão de conteúdos, falta de integração entre as disciplinas, desconexão dos conteúdos básicos com os conteúdos profissionalizantes, excessiva preocupação em atender às demandas do mercado de trabalho, entre outras questões.

Entretanto, também percebo que nos cursos atuais outras perspectivas de compreensão do fenômeno turístico e do lazer estão sendo propiciadas, assim como o foram no curso pioneiro. Essas visões objetivam uma mudança na concepção do aluno que se deseja formar, avançando do “técnico competente” para um cidadão mais participativo, questionador e crítico, capaz de intervir na realidade, visando sua transformação emancipadora.

Tal visão não significa desconsiderar os aspectos técnicos e metodológicos, mas demonstrar que existem outras esferas que precisam ser desenvolvidas na formação dos alunos. Mas, para tanto, é preciso avançar também na concepção curricular, buscar um currículo aberto, que propicie a reflexão e a participação dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Enfim, procurei demonstrar que o currículo pode tanto estimular o individualismo, o consumismo e a competição excessiva, quanto às questões opostas como o sentido de coletividade, participação comunitária, cooperação e equidade. Com isso, ratifico que o currículo jamais será neutro e desinteressado, por mais que alguns o considerem dessa forma, necessitando-se entender as relações entre poder, saber e identidade que se estabelecem em seu interior.

Os estudos do lazer no curso de Turismo, pioneiro em Minas Gerais, percorreram uma trajetória, que ainda não está completamente compreendida, e creio que nem é para estar, outros estudos podem e devem se juntar a este em busca desse objetivo. De simples tópico, numa listagem de mais de cinquenta itens, passou a ser estudado dentro da disciplina que deu origem e consistência às análises referentes ao tema: a Sociologia. Com o passar do tempo, volta-se para uma concepção pragmática, principalmente se pensarmos nos cursos de Turismo atuais, muito voltados para os valores pregados pelo mercado.

Concluindo, explícito que procurei questionar essa submissão do lazer e do

turismo aos fatores exclusivos do mercado, sem que houvesse uma maior preocupação com sua relevância social e humana. Esses questionamentos referem-se à superação da visão que apresenta o mercado como o grande regulador das ações no lazer e no turismo. São valores que precisam ser analisados minuciosamente e que influenciam os profissionais, que se propõem a estudar esses temas. Tudo isso, visando ao propósito de alcançar uma formação profissional e educacional do bacharel em Turismo, direcionada para uma sociedade mais justa e humanizada, o que acredito ser o grande objetivo da educação.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. História do Currículo e o controle social. In: _____. *Ideologia e Currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.95-123.

BARRETTO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do Turismo*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2000.

BRAGA, Ana Maria. Reflexões sobre a superação do conhecimento fragmentado nos cursos de graduação. In: LEITE, Denise (org.) *Pedagogia universitária, ética e política no ensino superior*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p.19-36.

BRASIL, MEC/CNE. PARECER CFE Nº 35/71, aprovado em 28 de Janeiro de 1971 e RESOLUÇÃO S/N de 28 de Janeiro de 1971: fixa os mínimos de conteúdo e duração do Curso de Turismo. In: MEC/CFE – Currículos Mínimos dos Cursos de Nível Superior. 2ª ed. Brasília: 1975. p. 342-343.

CUNHA, Maria Isabel da. Aportes teóricos e reflexões da prática: a emergente reconfiguração dos currículos universitários. In: MASETTO, Marcos Tarciso. *Docência na Universidade*. Campinas: Papirus, 1998. p.27-38.

DE LA TORRE, Oscar. *El Turismo, fenómeno social*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FÁVERO, Maria de Lourdes. A universidade em questão: como resgatar suas relações fundamentais. In: _____. *A Universidade em Questão*. São Paulo: Cortez-Autores associados, 1989. p.41-53.

FERRETI, Celso J., SILVA JR., João dos Reis, OLIVEIRA, Maria Rita Neto S.

Trabalho, Formação e Currículo: Para Onde Vai a Escola? São Paulo: Xamã, 1999.

FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O Contexto Sócio Político Brasileiro e a Educação nas décadas de 70/90. *Contexto & Educação*. [S.l.], Ijuí, n.24. p. 43-57, Out./Dez. 1991.

GATTI, Bernadete Angelina. *Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação*. Campinas: Autores Associados, 1997.

GIROUX, Henry. *Racionalidade e a crítica da razão instrumental*. In: ____ *Teoria Crítica e Resistência em Educação*. Petrópolis: Vozes, 1986. p.26-33.

GOODSON, Ivor. *Currículo: Teoria e História*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GOODSON, Ivor. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. *Teoria & Educação*, Belo Horizonte, v. 2, 1990.

LEITE, Denise. Inovação e Rupturas Paradigmáticas: A Centralidade do Conhecimento na Pedagogia Universitária. In: IX Encontro Nacional de Didática e Prática De Ensino – Endipe. *Anais...Águas de Lindóia*, SP: Vozes, 1998. p.303-315.

LYON, David. *Pós-Modernidade*. São Paulo: Paulus, 1998.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Educação*. Campinas: Papirus, 1987.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas: Papirus, 1995.

MASETTO, Marcos Tarciso. Professor Universitário: um profissional da educação na atividade docente. In: _____. *Docência na Universidade*. Campinas: Papirus, 1998. p.9-26.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *A Configuração Atual dos Estudos Curriculares: A Crise da Teoria Crítica*. Conferência proferida em Concurso para Professor Titular, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997b.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (org.). *Currículo: Questões Atuais*. Campinas: Papirus, 1997a.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa, SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Lazer e Mercado. *Licere*, Belo Horizonte, v. 3, n.1, p.182-188. 2000.

RODRIGUES, Adyr Balastri (org.). *Turismo, Modernidade e Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As Culturas Negadas e Silenciadas no Currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Alienígenas na Sala de Aula*. Petrópolis: Vozes, 1995. p.159-177.

SEREJO, Hilton Fabiano Boaventura Serejo. *A Gênese dos Estudos do Lazer num Curso Superior de Turismo em Minas Gerais: um estudo na instituição pioneira (1974 – 1985)*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-Minas. 2003. 208f. Dissertação, (Mestrado em Educação, Área de concentração: Sociologia e História da Profissão Docente e da Educação Escolar).

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e Identidade Social: Territórios Contestados. In: SILVA, Tomaz, Tadeu da (org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p.190-207.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, Maria Inez Salgado. *Os Empresários e a Educação: O IPES e a Política Educacional Após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *A Sociedade Pós-Industrial e o Profissional em Turismo*. Campinas: Papirus, 1998. (coleção turismo).

WERNECK, Christianne Luce Gomes; STOPPA, Edmur Antônio; ISAYAMA, Hélder Ferreira. *Lazer e Mercado*. Campinas: Papirus, 2001.

ABSTRACT: The general objective of this research is the perception of the genesis and the changes occurred in the studies of leisure in the pioneer course of Tourism in Minas Gerais, during the period it was running (1974-1985). This institution, named as Faculdade de Turismo de Belo Horizonte (FACTUR), had its name changed later

to Instituto Mineiro de Ciências Administrativas e Tecnológicas (IMCAT). The methodological option for the development of this research was the qualitative, with a historical approach. It is clear that the analyzed course has been shaped following a traditional view of curriculum. However, the teachers had autonomy to establish the contents and programs of the subjects they taught. Besides that, the results made clear the perception that the fact that leisure was being considered merchandise did not eliminate the possibility of it also being treated as a social right, which brings to the conclusion that these aspects are not necessarily excluding of each other.

KEY-WORDS: Curriculum, History of the School Subjects, Leisure, Tourism, History.

Endereço do Autor:

Hilton Fabiano Boaventura Serejo
Rua Professor Manoel Casassanta, 263
apto. 202 - Bairro Ouro Preto
Belo Horizonte - MG - 31.310-590
Endereço Eletrônico: hiltonserejo@ig.com.br

Recebido em: 22/ 11/ 2003

Aceito em: 12/ 12/ 2003